



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

- 1 - PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 - ATAS**
  - 2.1 - Reuniões de Comissões
- 3 - ORDENS DO DIA**
  - 3.1 - Plenário
  - 3.2 - Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 4.1 - Plenário
  - 4.2 - Comissões
- 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 - ERRATA**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.728

Declara de utilidade pública a Instituição de Ajuda aos Portadores do Câncer – Ágape –, com sede no Município de Contagem. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Instituição de Ajuda aos Portadores do Câncer – Ágape –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 22 de novembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.729

Declara de utilidade pública a Associação Médica de Governador Valadares, com sede no Município de Governador Valadares. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Médica de Governador Valadares, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.730

Declara de utilidade pública a entidade Ação Solidária às Pessoas com Câncer – Aspec –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Ação Solidária às Pessoas com Câncer – Aspec –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015.



Deputado Adalclever Lopes – Presidente  
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.731

Declara de utilidade pública a Associação Mente Saudável – AMS –, com sede no Município de Varginha.  
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:  
Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Mente Saudável – AMS –, com sede no Município de Varginha.  
Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015.  
Deputado Adalclever Lopes – Presidente  
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.732

Declara de utilidade pública a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Capelinha.  
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:  
Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Capelinha.  
Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 22 de outubro de 2015.  
Deputado Adalclever Lopes – Presidente  
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



## ATAS

### ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/9/2015

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Rogério Correia, Lafayette de Andrada e Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o movimento reivindicatório dos servidores das superintendências regionais de ensino – SREs – e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG e presidente da CUT-MG; e os Srs. Antônio David de Souza Júnior, subsecretário de Gestão de Recursos Humanos, representando a Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; Wieland Silber Schneider, secretário adjunto de Planejamento e Gestão, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Francisco Moreira, secretário adjunto de Governo; e Diego Roger Ramos Freitas, analista educacional da Secretaria de Estado de Educação, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Rogério Correia e Fabiano Tolentino, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Sargento Rodrigues – João Alberto.

### ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/9/2015

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Geisa Teixeira (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e o deputado Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Geisa Teixeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 3.672/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Paracatu pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 25/9/2015, para que sejam agilizadas as investigações constantes do inquérito instaurado para apurar o atentado praticado contra Rafaela Xavier Luiz, em fevereiro deste ano;

nº 3.673/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário e às Procuradorias da República e do Trabalho no Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 25/9/2015, para que sejam averiguadas as denúncias apresentadas durante a referida reunião;

nº 3.674/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Fundação Cultural Palmares pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 25/9/2015, para que sejam averiguadas, no âmbito de sua competência, as denúncias apresentadas durante a referida reunião, especialmente no que toca à violação de direitos de comunidades tradicionais localizadas no Município de Paracatu;

nº 3.675/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Hebert Reis Mesquita, procurador da República em Paracatu, pedido de providências para acompanhamento dos estudos a serem realizados pelo corpo pericial do Ministério Público Federal, junto com outros órgãos públicos, no que se refere à realização de exames de contaminação da população daquele município pelo arsênio, considerando-se as denúncias e os esclarecimentos prestados durante a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 25/9/2015;

nº 3.676/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja enviado ao prefeito municipal de Paracatu pedido de informações sobre os bairros nos quais se concentram os maiores índices de pacientes com câncer, com a indicação do tipo de câncer de cada um, os hospitais para os quais são encaminhados, o número de pacientes encaminhados para cada uma dessas unidades hospitalares nos últimos cinco anos e o tipo de câncer de cada um deles;

nº 3.677/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja enviado ao Hospital de Câncer de Barretos, em São Paulo; ao Hospital Oncológico de A a Z, em Patos de Minas; ao Hospital Hélio Angote, em Uberaba; ao Hospital Oncológico de Uberlândia; ao Hospital Felício Rocho e à Santa Casa de Misericórdia, ambos em Belo Horizonte, pedido de informações sobre o número de pacientes atendidos nessas unidades que tenham como local de nascimento ou de residência o Município de Paracatu e que tenham sido encaminhados nos últimos cinco anos, com a indicação do tipo de câncer de cada um deles;

nº 3.678/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja enviado ao Hospital Universitário de Brasília pedido de informações sobre o número de pacientes atendidos nessa unidade que possuam como local de nascimento ou de residência o Município de Paracatu e que tenham sido encaminhados nos últimos cinco anos, com a indicação do tipo de câncer de cada um deles.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária a ser realizada amanhã, terça-feira, dia 29 de setembro, às 9h30min, para discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Cristina Corrêa – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/9/2015**

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva e Thiago Cota. Está presente, também, o deputado Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Reabertos os trabalhos às 16h24min, estão presentes a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda e Paulo Lamac (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Alberto. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência retira da pauta o Projeto de Lei nº 2.817/2015 por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É adiada a votação dos Projetos de Resolução nºs 27 e 28/2015, a requerimento do deputado Vanderlei Miranda, aprovado pela comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de hoje, às 17 horas, convoca-os para a reunião extraordinária de amanhã, 29/9/2015, às 9h30min, 15h40min e 16h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Cabo Júlio – João Alberto – João Magalhães.



**ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/10/2015**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

**1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase**

**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Mesa da Assembleia, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9, 11, 12, 14, 16 a 19, 21 a 24, 26 a 28 e 30 a 32. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 10, 13, 15, 20, 25, 29 e 33.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.720/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação –FEH – criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.399, 2.405, 2.408, 2.409, 2.434, 2.435, 2.437 a 2.439, 2.529 a 2.533 e 2.542/2015, do deputado Cabo Júlio; 2.660, 2.695 e 2.704/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater a recuperação dos afluentes da Bacia do Médio São Francisco, bem como o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Entrega de diploma referente à manifestação de aplauso ao Moto Grupo Águias de Aço pelos 35 anos de sua fundação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.452/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.582/2015, do deputado Douglas Melo; e 2.692/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 27/10/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 27 de outubro de 2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 6/2015, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e do Projeto de Lei nº 2.720/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH –, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de outubro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública, de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Extraordinária das Águas, de Participação Popular e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da Comissão de Constituição e Justiça; a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os deputados Iran Barbosa, Leandro Genaro, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da Comissão Extraordinária das Águas; a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da Comissão de Participação Popular; e os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para a reunião a ser realizada em 27/10/2015, às 10 horas, no Teatro, com a finalidade de debater as mudanças propostas pelo governo do Estado na estrutura orgânica do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – por meio do Projeto de Lei nº 2.946/2015 e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2015.

João Magalhães, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.717/2015**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrús, Anselmo José Domingos, Bosco e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/2015, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2015.

Durval Ângelo, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.616/2015****Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Relatório**

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública a Aliança Juizforana pela Defesa dos Animais – Ajuda –, com sede no Município de Juiz de Fora.

Examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, a matéria vem agora a este órgão colegiado para receber parecer conclusivo, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.616/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Aliança Juizforana pela Defesa dos Animais – Ajuda –, com sede no Município de Juiz de Fora.

Criada com o objetivo de promover a assistência e proteção a animais domésticos, domesticados, nativos, exóticos e silvestres, a entidade, conforme consta em seu estatuto, propõe-se a organizar abrigos, proporcionar assistência veterinária para animais de rua, bem como defendê-los, fazendo com que sejam respeitados os seus direitos estabelecidos. Propõe-se também a prestar assistência a moradores de rua e a pessoas de baixa renda ou carentes. Busca ainda promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e de sua sustentabilidade.

O autor do projeto justifica o seu pleito dizendo que “poucos realmente comprometem a si mesmos e aos seus recursos pessoais em defesa do bem-estar dos animais”. Segundo ele, “a Ajuda é um exemplo de que é possível, sim, com boa-vontade e dedicação, alcançar um patamar elevado na qualidade da prestação de serviços aos seres vivos que não têm voz para pleitear seus direitos, os animais”.

Num momento em que a sociedade apenas começa a tomar consciência dos direitos dos animais, uma entidade que se dedique a essa causa é merecedora do título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.616/2015, em turno único, na forma original.  
Sala das Comissões, 26 de outubro de 2015.  
Inácio Franco, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 26/10/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:  
exonerando Ana Rosa Mendonça Lasmar, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Cherem;  
nomeando Marcia Maria da Silva, padrão VL-29, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa.

**AVISOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE**

Pregão Eletrônico nº 52/2015.  
Contratada: CM Silva Materiais e Peças.  
Objeto: aquisição de luminárias públicas de LED.  
Sanção: suspensão temporária do direito de licitar com a administração pública estadual pelo prazo de seis meses.  
Fundamento legal: Deliberação da Mesa nº 2.598, de 13/10/2014; Decreto nº 45.902, de 27/1/2012; Lei nº 13.994, de 18/9/2001; e Lei nº 14.167, de 10/1/2002.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 60/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: cessão de mão de obra de 28 empregados para atividades de vigias ou porteiros, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e materiais que se fizerem necessários. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do contrato por 12 meses, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 12/9/2015 a 11/9/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/10/2015, na pág. 15, sob o título “Palavras do Presidente”, onde se lê:  
“a presidência, nos termos do art. 188, c/c o art. 102 do Regimento Interno, encaminha os Projetos de Lei Complementar nºs 43 e 44/2015”, leia-se:  
“a presidência, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno, encaminha os Projetos de Lei Complementar nºs 43 e 44/2015”.